

LITERATURA E HISTÓRIA: A DITADURA NA ARGENTINA E A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

**Job Lopes
Guilherme Griesang
Lucas Felipe**

INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho analítico/interpretativo com base em dados de acervos, relatórios, e produções científicas. Temos como base para o desenvolvimento, alguns livros e artigos dos seguintes teóricos: Maria Paula Gonzales, Juan Pablo Bohoslavsky, Deamézola, e Lvovich, e também alguns livros como o "*Novo olhar história*" de Marco Pellegrini. Estamos usando estes teóricos pois os mesmos possuem um amplo e diversos conhecimentos do período da ditadura militar na Argentina, em suas obras recriam as políticas aterrorizantes, denunciam as atrocidades e reconstróem o passado recente.

A ditadura militar argentina que ocorreu de 1966 a 1973 tendo um breve intervalo retornando de 1976 a 1983, semelhante aos demais regimes deste período, fora responsável por grandes atrocidades, demonstrando o quão a biopolítica pode ser cruel. Merecendo grande destaque entre as demais ditaduras, a Argentina tem como características o silenciamento, políticas de esquecimento e resquícios de imoralidade por parte militar, embora esse esquecimento tenha sido atualmente combatido com a contribuição da política democrática.

As políticas de silenciamento e de esquecimento foram muito eficazes, estima-se que durante o regime cerca de trinta mil civis foram assassinados, porém os militares haviam assumido a morte de apenas oito mil dessas vidas. O silêncio e inequidade se instalou rapidamente nos primeiros anos, onde espaços reservados ao livre exercício pensador foram trocados por ambientes conservadores onde se tornava perigoso exercer qualquer pensamento contrário aos padrões ditatoriais da época. Porém, esta corrente de esquecimento foi quebrada por pequenos grupos como as "*Madres de la plaza de mayo*" que se manifestaram visivelmente e apesar de tudo, tiveram sua recompensa.

CONSEQUÊNCIAS PARA OS ARTISTAS

Durante a ditadura militar argentina são diversas as consequências e prejuízos que acabavam com o direito de liberdade e expressão dos artistas e escritores do período.

Dentre elas podemos citar vários acontecimentos pós-ditadura, que nos dá uma base para discutir e refletir sobre o assunto, como alguns documentos achados que foram revelados pelo Ministério da Defesa da Argentina, que mostram que durante o período da ditadura foram elaboradas listas distintas em três fases sendo em 1979, 1980, e 1982. As listas chegavam a ter 650 nomes de escritores e de artistas, essas listas possuíam categorias do grau 1 ao grau 4, sendo que o grau 4, seria o nível máximo, ou seja, era considerado mais perigoso.

As principais ordens dos comandos militares eram para que os artistas não pudessem assumir cargos públicos, benefícios concedidos pelo estado, e principalmente que não se apresentassem em público por serem considerados marxistas, isso sem contar que muitos artistas com medo de serem mortos ou torturados, partiam para outros países em busca de refúgio. Entre esses artistas haviam diversos tipos de demonstrações culturais como músicos, cantores, jornalistas e escritores.

Durante a ditadura militar da Argentina, com relação aos escritores, muitos eram exilados ou até mesmo assassinados durante os confrontos com os militares nas ruas argentinas. Dentre os principais escritores argentinos que sofreram repressão podemos listar os seguintes: Juan Guelman, que foi exilado e teve seu filho e sua nora assassinados, em outro caso, totalmente diferente temos o escritor Rodolfo Wash, que era contra os conceitos políticos da época e divulgava materiais como panfletos, se posicionando contra a ditadura, mas mesmo sendo resistente acabou sendo obrigado a trabalhar clandestinamente e acabou sequestrado e morto.

Os movimentos cineastas também tiveram sua importância, mesmo que muitos cineastas tenham se refugiado do país, obras como "A História Oficial" (1985) filme criado por Luis Puenzo, e "Los miedos" (1980) de Alejandro Doria, ambos filmes retratam a temática da ditadura militar na Argentina, com ênfase nas políticas de silenciamento da época. Os dois autores aqui apresentados, foram grandes artistas que tiveram que lutar contra a censura artística da ditadura.

O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir das políticas de silenciamento e esquecimento da ditadura militar na Argentina, o papel historiográfico de suma importância foi sobrepujado, pois a construção do passado ocorre principalmente na forma oral, e esta por sua vez ficou afetada e limitada após os horrores do regime militar, outro fato foi a ausência de acesso das instituições acadêmicas às informações nacionais, sendo assim resultou na falta de documentos do período. Os historiadores se calaram, sua função de construir um passado recente foi incumbida por outras produções que mantiveram a crítica presente na luta pela memória, isto de

acordo com análise do artigo "*ensino da história na argentina: saberes e práticas escolares e docentes sobre a última ditadura militar*"¹:

Sobre essa falta de abordagem pela historiografia, indicaram-se os constrangimentos institucionais e materiais que afetaram à pesquisa acadêmica, a falta geral de pesquisa sobre a história da Argentina do último meio século, a persistência de atores comprometidos com a ditadura em instituições democráticas, a continuidade da cultura do medo, os obstáculos no acesso a fontes documentais, a falta de acesso aos arquivos das instituições repressivas e até mesmo o impacto das políticas de esquecimento nos próprios historiadores (LVOVICH, 2007). Isto contrasta com o que aconteceu em outros campos culturais e acadêmicos, porque enquanto a historiografia não realizara a reconstrução do passado próximo, foram outras produções (literárias, jornalísticas, cinematográficas e artísticas) bem como outras ciências sociais (economia, ciência política, sociologia), que se dedicaram a essa tarefa e, juntamente com as lutas pela memória, mantiveram esse passado recente na agenda pública (DEAMÉZOLA, página 137-162, 1999).

A autora enfatiza o fato, de que algumas instituições apesar de serem democráticas permanecem silenciosas demonstrando a questão da cultura do medo, o que ainda as relaciona com a ditadura. Em um primeiro momento pós-silenciamento, apesar da intenção do estado em realizar a redemocratização, houve uma indução ao esquecimento, desvalorizando a justiça e priorizando a continuidade da democracia dizendo o futuro.

A ocultação e as políticas de esquecimento perpetuaram durante a redemocratização mesmo que os intentos de busca pela justiça tenham sido constantes. O presidente Raul Alfonsín foi o marco entre ditadura e democracia que por sua vez criou a CONADEP (Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas) e solicitou um relatório que constava denúncias sobre desaparecimento e tortura, na tentativa de deixar para trás um passado obscuro. Como consequência surgiu o relatório do "Nunca más" que permitiu o conhecimento geral que o governo tivesse atuado como estado terrorista, estas atitudes do governo se constituem como parte do processo autodenominado de "Reorganização Nacional".

Somando a redemocratização temos os rituais de continuidade que iam contra o silenciamento das atrocidades cometidas, o movimento "As madres de la plaza de Mayo" teve uma importância crucial neste processo, ao começarem a se reunir durante a ditadura (1977) com intuito de clamar por justiça pelo desaparecimento de seus filhos e netos, esse movimento continuou durante a democracia de modo que ainda houvesse a lembrança do passado oblíquo. Posteriormente outro movimento juntou-se ao primeiro, o movimento denominado "Hijos" que tinha como lema "Hijos pela justiça, contra o esquecimento e o silêncio, sendo estes movimentos grandes responsáveis pelo

irrupção de outras vozes, como exemplo a dos militares arrependidos que confessaram alguns métodos de desaparecimento de corpos, essa situação foi chamada de “Boom da memória”.



Fonte: Foto retirada do site < <http://www.politize.com.br/ditadura-argentina-maes-praca-maio/>> Madres choravam em frente às câmeras nacionais e internacionais segurando placas com fotos e nomes dos desaparecidos exclamando frases marcantes, como “Aparição com Vida” e “Com vida os levaram [os desaparecidos], com vida os queremos” para chamar a atenção do que estava ocorrendo no país.

Em contradição aos movimentos que buscavam justiça, os familiares de membros das forças armadas exigiam uma memória completa de modo a justificar atos cometidos contra os guerrilheiros. Com a justificativa de que seus familiares estavam servindo ao estado, ou seja, apenas realizavam o cumprimento de ordens, enfatizando que os verdadeiros culpados pelas atrocidades do regime militar, eram os responsáveis pelo comando maior das forças militares, muitas vezes sendo o próprio estado.

Essas discussões foram muito incompletas e os historiadores mesmo que reconhecessem a importância da criação de uma lei de ensino sobre a ditadura, apontavam que era muito recente e não existiam estudos históricos, ainda assim em 1993 o governo criou a Lei nº24.195 que determinava o ensino em escolas públicas por uma perspectiva crítica sobre o regime militar, inaugurando a redemocratização no ensino curricular. No ano de 2004, dez anos após a implementação do ensino sobre a ditadura, iniciou-se um novo processo de definição de conteúdo para o país, com a criação de um conjunto chamado de NAP (Núcleo de aprendizado prioritário), entre eles está a referência da história da Argentina:

Compreensão das causas que levaram a um período de instabilidade política na Argentina no período 1955-1976, identificando os diversos atores e interesses envolvidos. O conhecimento das características do terrorismo de Estado

na Argentina implementadas pela ditadura militar de 1976-1983, e sua relação com a Guerra Fria e a implementação de um modelo econômico e social neoliberal (MECYT, 2004, p. 27).

A última medida educacional tomada pelo processo de redemocratização, foi a Lei de educação nacional 26.206 de 2006, que inseria a perspectiva da construção da memória e da história recente, além do conjunto legislativo apresentado, a educação na argentina utiliza outros meios de abordagens da história recente como a comemoração de datas importantes e eventos escolares em homenagem aos heróis nacionais.

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE O SILENCIAMENTO HISTORIOGRÁFICO NA DITADURA MILITAR DO BRASIL E DA ARGENTINA

Com base nos estudos acima apresentados sobre historiografia na ditadura militar da Argentina podemos realizar uma análise, que fará a comparação com a historiografia da ditadura militar no Brasil. Para iniciarmos esta análise de forma geral podemos dizer que a ditadura militar brasileira, foi marcada por menos atrocidades do que na ditadura argentina, isto é possível compreender com base nos dados de pesquisa, segundo o *Livro Novo olhar história* (2016/2017), na ditadura militar da argentina foram aproximadamente 30.00 mil pessoas mortas, enquanto no Brasil de acordo com o advogado Pedro Dallari, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, foram aproximadamente 434 mortas ou desaparecidas, uma diferença enorme entre as duas ditaduras.

Outro fator importante de se discutir, é a questão da disseminação da informação e dos métodos utilizados pelos militares em torturas, porque no Brasil quando as pessoas desapareciam e eram torturadas, muitas delas sobreviviam, e posteriormente relatavam o que sofreram, não havendo silenciamento historiográfico no período, enquanto na ditadura da argentina as pessoas desaparecidas geralmente eram possivelmente mortas, facilitando o processo de ocultação pela falta de informações.

Pode-se compreender, conforme o *Livro Novo olhar história* (2016/2017) do historiador Marco Pellegrini *Nome de livro sempre em itálico a fonte*, que o silêncio no Brasil teve um processo menos intenso do que na ditadura da argentina, pois na ditadura militar da argentina, a redemocratização só foi possível em um momento pós-ditadura, sendo que todos os partidos políticos democráticos foram extinguidos facilitando a falta de documentos por parte da historiografia, enquanto no Brasil durante a ditadura em 1965 foram criados dois partidos, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que era aliada ao regime militar, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que fazia oposição ao governo e defendia a redemocratização, ou seja, baseando-se nisso a falta de documentos e informações não foi extrema, pois durante a ditadura já existia um movimento atuando para a redemocratização.

Com relação ao silenciamento de artistas e escritores, também encontramos uma diferença essencial entre as duas ditaduras, sendo que no Brasil, os músicos conseguiam se apresentar em público, só que para uma música ser comercializada era necessário que fosse enviada para o órgão responsável. Pela censura às representações artísticas como o teatro, cinema e música, o sistema era conhecido como Divisão de Censuras de Diversões Públicas (DCDP), afim de analisar o conteúdo da música para verificar se não continha letra contrária os conceitos militares da época². Enquanto no regime argentino os artistas eram proibidos até de se apresentar em público, ficando impossibilitados de mostrar seu conhecimento artístico e cultural.

A repreensão recaiu também sobre os jornalistas, tanto no Brasil quanto na Argentina, ambos países calaram sua imprensa. O jornalista Vladimir Herzog, preso, torturado e morto, mesmo que os militares alegassem suicídio por parte deste, os sinais de tortura presente relatavam sua morte causada pelo abuso militar, o caso Herzog foi arquivado em 2009, sem que houvesse justiça legalmente, esse caso pode ser comparado a da jornalista argentina Ana Guzzetti, que de acordo com o escritor Richard Gillespie foi detida a mando do Presidente Perón e catorze meses depois foi sequestrada pelas entidades as quais difamou:

En 1974, cuando Ana Guzzetti, una periodista peronista que trabajaba para El Mundo, diario con simpatías hacia el ERP, le preguntó en una conferencia de prensa se su gobierno estaba investigando las organizaciones parapoliciales de la derecha que habían asesinado a doce militantes peronistas y destruido veinticinco de sus locales durante la quincena anterior, Perón ordenó que se procediera legalmente contra ella por difamación. Fue detenida el mismo mes y 14 meses después secuestrada a su vez por los hombres a quienes había denunciado, que conducían unos Ford Falcon idénticos a los que usaba la Policía Federal. Los miembros de la Asociación de la Prensa de Buenos Aires emprendieron una huelga de protesta y seis días después fue encontrada apalizada, pero aun con vida, en la autopista panamericana (GILLESPIE, 1987: 195).

Apesar de Guzzetti ter sofrido um silenciamento fora do período da ditadura, sem dúvidas fora em consequência desta e com indivíduos à esta relacionados, o caso semelhante ao de Herzog serve para se observar, que em ambas ditaduras não permitiu-se críticas ao Estado, nem de manifestos culturais menores, nem de importantes agentes como imprensas da época.

Realizando outra comparação sobre historiografia das ditaduras militares do Brasil e Argentina, pode-se relacionar o assunto sobre a violação dos direitos humanos no regime militar com o silenciamento, pois de acordo com o Artigo XIX "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar,

receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”(Declaração Universal do Direitos Humanos da ONU – 1948), como o Estado é o responsável por garantir os direitos de um cidadão, e uma vez que este é seu violador, se faz pouco útil a existência deste direito, ou seja, o judiciário da Argentina reviu essas violações após a redemocratização, porém esses direitos não foram assegurados no Brasil mesmo após a ditadura, conforme Bohoslavsky,

Com relação à justiça, até o presente momento, ninguém foi preso pelas violações aos direitos humanos. Em 2011, o Ministério Público Federal decidiu, por meio de um grupo de trabalho, formular uma estratégia para driblar a lei de anistia e procurar promover avanços nesta tarefa (cumplicidade financeira na ditadura brasileira: implicações atuais. Juan Pablo Bohoslavsky e Marcelo D. Torelly pág. 100).

A impunidade deixou a memória recente brasileira em aberto, de modo que, apesar de se reconhecer o delito dos direitos humanos, os infratores não foram responsabilizados. Outra informação relevante para comparação entre as duas ditaduras, são os movimentos contra o silenciamento durante a ditadura. Enquanto na Argentina podemos listar alguns movimentos realizados pelos familiares dos desaparecidos, como “Madres de la plaza de Mayo” que ocorreu durante o regime. No Brasil pode-se listar também diversos movimentos que foram contra o regime militar, entre eles temos o movimento da UNE (União Nacional dos Estudantes), o qual implantou um programa chamado UNE-volante, que passou a divulgar propostas a favor de uma cultura revolucionária e democrática. Concluindo-se então que neste aspecto as duas ditaduras possuem movimentos semelhantes, no entanto o Brasil contou com movimentos teatrais, musical, e literários durante o regime militar.

CONCLUSÃO

Podemos concluir na pesquisa apresentada, que durante a ditadura militar da Argentina houve um silêncio eloquente em resultado das políticas de esquecimento e do medo, derivadas das atitudes do estado terrorista. Sendo que um dos principais afetados foram os historiadores, que devido à falta de acesso aos documentos, tiveram seus trabalhos prejudicados, que mesmo após a ditadura encontraram dificuldades para reproduzir um passado recente.

A redemocratização ocorreu junto aos movimentos que perpetuaram a memória, não deixando a violência ser esquecida, e também a redemocratização contou com o apoio de relatórios que possibilitaram o reconhecimento das atrocidades e leis que tornaram consciente que a ditadura foi algo ruim na história do país argentino.

Concluimos também que não foram só historiadores que foram afetados, mas também foram prejudicados artistas e escritores, que eram inclusive proibidos de se apresentar em público, impossibilitando a demonstração da sua arte cultural. Baseando-se na ditadura argentina podemos compreender que a ditadura brasileira teve algumas diferenças que a tornou menos violenta como o fato de que no Brasil os artistas podiam se apresentar em público com restrições, outro fator importante é a questão das torturas e atrocidades, pois no Brasil geralmente as vítimas sobreviviam e relatavam suas histórias, sendo que na Argentina as vítimas em grande parte eram mortas, facilitando o silenciamento.

Para finalizar, podemos ressaltar a grande importância deste estudo, pois pesquisas como esta, incentivam claramente uma perspectiva de manter o contexto histórico da humanidade, em diversas áreas, proporcionando um possível fim do silenciamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo - *Cumplicidade financeira na ditadura: Implicações atuais*. Editora Siglo veintiuno, Buenos Aires, 2013.
- DE AMÉZOLA, G. Entrepasados: Problemas y dilemas de la enseñanza de la historia reciente, *Revista de História*, Buenos Aires, v. 17, p. 137-162, 1999.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987.
- GONZALEZ, Maria Paula. Ensino da História na Argentina: saberes e práticas escolares e docentes sobre a última ditadura militar. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, Vol. 02, nº. 02, p. 32-52, mar.-set. 2014.
- LVOVICH, D. *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción: Historia reciente de pasados traumáticos. De los fascismos y colaboracionismos europeos a la historia de la última dictadura argentina*. En M. Franco y F. Levín, (Comps.) Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 97-124.
- PELLEGRINI, Marcos - *Novo olhar história*, editora FTD S.A, São Paulo, 2013.